CUIDAR: Verbo feminino?

Bruna Karoline Costa Souza[1]

Esther Diniz dos Santos[2]

Marly Jesus Sá Dias[3]

RESUMO
O artigo reflete sobre o trabalho do cuidado socialmente determinado como trabalho feminino, constituído como privado, exercido e permeado pelas relações de afeto, o que justificaria sua parca ou total falta de remuneração. Contudo, mesmo configurando-se como um trabalho invisível, permanece imprescindível para toda a reprodução da vida humana e dos outros tipos de trabalho. Esse tipo de trabalho foi moldado como parte de uma natureza da mulher, sendo por ela invisibilizado na mesma medida em que a dirimiu. Este texto baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre entendimento das categorias cuidado, gênero e patriarcado nas suas interfaces com raça e classe e, de forma mais abrangente, compreendendo-as no movimento histórico, isto é, na organização das relações sociais na contemporaneidade. Foi por meio das lutas feministas que essa discussão entrou em pauta, no intuito de reconhecer a importância desse trabalho, enquanto trabalho necessário e promotor da igualdade de gênero.
Palavras-chave: Mulher. Trabalho do cuidado. Patriarcado.

ABSTRACT
The article reflects on the work socially determined care as female work, constituted as private, exercised and permeated by relationships of affection, which would justify its meager or total lack of remuneration. However, even configuring itself an invisible work, remains essential for the entire reproduction of human life and other types of work. This type of work was shaped as part of woman's nature, being made invisible by her to the same extent that it destroyed her. This text is based on bibliographical research on understanding the categories of care, gender and patriarchy in their interfaces with race and class and, more broadly, understanding them in the historical movement, that is, organization of contemporary social relations. It was through feminist struggles that this discussion came to the fore, in order to recognize the significance of this work, as a necessary work and a promoter of gender equality.
Keywords: Woman. Care work. Patriarchy.

[1]Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-Mail: brunakarolinesouza@hotmail.com.
[2]Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-Mail: esther.diniz@discente.ufma.br.
[3]Professora do Departamento de Serviço Social (DESES) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: marlydejesus@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto é o cuidado, visto numa de suas acepções, naquele referente ao zelo, atenção e preocupação com o outro ou alguém e exercido no interior do espaço doméstico, o associamos quase que imediatamente como sendo um atributo feminino. Quer junto as crianças, progenitores, companheiros, pessoas envelhecidas, com deficiências ou adoecidas no seio familiar, a mulher é quem tem estado, ao longo dos tempos, responsável pelas demandas do cotidiano da casa, seja na condição de esposa, filha ou de empregada doméstica (HIRATA, 2016; FEDERICI, 2020).

Essa é uma tendência que tem se reconfigurado na contemporaneidade em face de uma nova dinâmica demográfica em escala mundial, caracterizada, principalmente, pela elevação contínua do envelhecimento das populações, que tem posto a questão do cuidado na pauta do dia. As ações que lhe são referentes passaram assim a ser visibilizadas pelo mercado, que viu aí um nicho lucrativo ainda que de baixo status e remuneração. Emergindo como profissão, passou a ser ocupada em sua maioria por mulheres negras, pobres e migrantes, tornando-se para elas um acréscimo nos afazeres que intensifica as demandas de quem já as desenvolve quase sempre solitariamente, ocasionando grande desgaste físico e mental. Enfatiza-se que, há, junto a velhos e velhas, a necessidade de ações contínuas e a longo prazo, requerendo atenção, afeto e apoio emocional diuturnamente.

O trabalho do cuidado é diverso e pode ser sintetizado, como fizemos acima, em atividades que ocorrem no âmbito do domicílio, junto a crianças, progenitores, companheiros, pessoas envelhecidas, com deficiências ou adoecidas no seio familiar, na arrumação e/ou limpeza a casa, preparo e oferta de alimentos, lavagem de roupa ou louça, contratação e gerenciamento de serviços domésticos remunerados (babá, empregada doméstica, cuidadora) e etc. Ainda assim é um trabalho visto como restrito tão somente aos afazeres domésticos e de cuidado, necessário e invisível, que o senso comum considera relacionado unicamente à lida da casa, e sua realização, como obra do afeto.

No Brasil, em 2019, 146,7 milhões de pessoas, com idade a partir dos 14, tinham realizado o trabalho do cuidado no próprio domicílio ou em domicílio de

parente. Tal número correspondia a 85,7% da população do país. Por se tratar de um trabalho reprodutivo ele é fundamental e exige o seu reconhecimento e valorização enquanto trabalho, pois tem efeitos nos diferentes âmbitos da sociedade (IBGE, 2020). Porém, não é o que ocorre.

Embora cada vez mais mulheres se encontrem inseridas no mundo de trabalho formal, nem por isso estão isentas das responsabilidades da casa, ou do chamado “mundo privado”. O que nos leva a concordar com Helena Hirata (2016) quando ela destaca que o “trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça” (HIRATA, 2016, p. 54). Essa questão confirma a necessidade de ampliarmos o debate analítico no esforço de criação de hipóteses explicativas que permitam apreender a gênese da naturalização do cuidar como verbo conjugado no feminino, a exemplo das relações patriarcais de gênero e divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista. Isso porque são trabalhos que seguem ocultados e invisíveis, embora fundamentais para a manutenção dessa sociedade quando se une a uma estrutura patriarcal reproduzida ao largo da inferiorização das mulheres (FEDERICI, 2021).

Diante do exposto, o presente artigo ancora-se na reflexão bibliográfica e documental sobre a temática, impulsionada pela curiosidade e pelas provocações surgidas a partir da participação, das autoras, na pesquisa CUIDAR: VERBO TRANSITIVO FEMININO? Considerações sobre cuidadoras informais de velhos/as na atenção domiciliar em São Luís/Maranhão, realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS, com colaboração do Grupo de Pesquisa e estudos sobre Tempo, Trabalho, Identidade e Serviço Social – GEPTISS, ambos vinculados ao Departamento de Serviço Social e ao Núcleo de Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Objetiva-se, de modo geral, refletir, a partir da invisibilização do trabalho do cuidado, acerca da divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres na atualidade.

Esse texto está organizado em três itens: introdução, desenvolvimento e considerações finais. O desenvolvimento está dividido em duas seções. Na primeira, refletimos sobre os conceitos de relações patriarcais de gênero, no esforço de

apreender os elementos que vão determinar, reproduzir e serem reproduzidos na divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista. Na segunda, nos concentramos nas ações do cuidado na atualidade, que seguem sob a responsabilidade da mulher, com o intento de identificar alguns de seus efeitos sobre sua vida. Por fim, as considerações finais, em que afirmamos a urgência de fortalecimento da luta pelo concreto enfrentamento das desigualdades de gênero nos planos sociais, políticos, econômicos e culturais.

2 CUIDADO, GÊNERO, PATRIARCADO E SUAS INTERFACES COM A RAÇA E A CLASSE

O cuidar tem se configurado como objeto de estudo em distintas áreas do conhecimento, como a geriatria, gerontologia, enfermagem, saúde pública e, em menor proporção, nas ciências sociais. Envolve uma multiplicidade de ações e atitudes, variáveis em função de certas possibilidades, como formação profissional de quem cuida, das demandas apresentadas pelas pessoas beneficiárias, assim como do contexto sociocultural e da existência de políticas públicas voltadas para a proteção social. O que faz com se expresse e seja tratado de forma multidimensional e transversal, associado a conceitos como trabalho e gênero (GUIMARÃES, HIRATA E SUGITA, 2011), acrescido de classe e raça (TRONTO, 2009 APUD HIRATA, 2016). Associação que deixa antever que desigualdades e discriminações permeiam os diferentes formatos do cuidado no capitalismo, posto que tal atividade, entendido como trabalho doméstico, está naturalizada como se inerente fosse às mulheres, ainda mais àquelas sem status social, com baixa ou nenhuma remuneração, como expressa a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, convém olhar para a história, conhecer o passado para decifrar o presente. Motivo pelo o qual o debate sobre o gênero e do patriarcado, potencializado pelo capitalismo e racismo se fazem relevantes. As relações de gênero estão presentes nos diversos âmbitos sociais. Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, onde papéis são determinados, socialmente, como femininos e masculinos a partir do sexo biológico (SAFFIOTI, 2009). E enquanto tal, está entrelaçado aos fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sua introdução,

enquanto categoria de análise histórica e cultural, pelos movimentos feministas, nos permitiu problematizar as desigualdades sociais vivenciadas ao longo da história pelas mulheres. Compreensão potencializada com sua relação a outras categorias históricas como classe social e raça/etnia (MOREIRA *ET AL*., 2006), numa articulação necessária uma vez que as desigualdades sofridas por todas as mulheres são potencializadas quando estas são negras e pobres.

Já o patriarcado nos permite conhecer os mecanismos que possibilitaram a disseminação de relações sociais hierarquizadas, a distribuição desigual de poder entre os gêneros, com vantagens masculinas em termos de prestígio e oportunidades. Por patriarcado entendemos um potente sistema de dominação e de exploração masculina sobre as mulheres, situado nos campos político, ideológico, econômico, familiar e cuja base material é a divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2009). Concepção referendada por Hartmann (1979 APUD SAFFIOTI, 2009), quando diz que o patriarcado é:

> [...] como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres. (HARTMANN, 1970 APUD SAFFIOTI, 2009, p. 10).

Muitos argumentos são construídos para justificar discriminações praticadas contra as mulheres. Um exemplo deles, de cunho naturalizante, deduz do fato de que simplesmente por gerarem vidas, as mulheres seriam mais hábeis para as tarefas domésticas e do cuidado. Desse modo, de uma ingênua e estreita ideologia baseada em argumento biológico e sem amparo científico, a gratuidade e invisibilidade de um trabalho sem o qual o capitalismo não sobreviveria é cumprida. Esse é o trabalho doméstico, que ao mesmo tempo em que mascara a realidade reafirma a máxima do poder em mãos masculinas e oculta que são os seres humanos que fazem a história e que o poder pode, eventualmente, circular. Pois é o trabalho doméstico, tradicionalmente invisível e gratuito, que é a base, a fundação e o apoio de todas as outras atividades de trabalho (FEDERICI, 2020).

Assim, não por coincidência, durante a Revolução Industrial, no século XVIII, a inserção e o acesso da mulher ao trabalho formal se fizeram como mão de obra barata

e exposta a dupla exploração pelo capital: na fábrica e em casa (FEDERICI, 2021). De lá para cá, investimentos diversos foram feitos para transformar as mulheres em "donas do lar", mas não sem resistências por partes delas. Sair de casa para buscar o trabalho contrariava os padrões masculinos e heteronormativo, além do mercado segmentado, com parcas profissões ou ocupações disponíveis e onde poucas teriam condições de ocupar altos cargos. Ao encontro desses investimentos tinha-se a justificativa do "desalento do lar", que acarretaria na fragilidade da família, provocados por sua saída para o trabalho na fábrica, pois

> [...] estando no emprego das oito da manhã às cinco da tarde, elas [isto é, as mulheres casadas] chegam em casa cansadas e esgotadas, sem disposição para qualquer esforço adicional a fim de tornar a moradia confortável, [por isso,] quando o marido chega, ele encontra tudo desconfortável, a moradia suja, nenhuma refeição pronta, as crianças irritadas e briguentas, a esposa desleixada e zangada, e seu lar é tão hostil que não raro ele se dirige ao bar e se torna um bêbado. (FEDERICI, 2021, p. 160).

O trabalho doméstico reproduz o trabalho, de modo geral, e a capacidade das pessoas trabalharem. Como assevera Federici (2021), é ele quem potencializa a força de trabalho e o acúmulo para o sistema capitalista, se constituindo, curiosamente, no trabalho mais importante, posto que sem ele não haveria nenhuma outra forma de trabalho.

Para legitimar a suposta natureza feminina para as atividades domésticas e de cuidado, valores, padrões comportamentais e papéis foram socialmente construídos de formas distintas, baseados também nas anatomias sexuais de machos e fêmeas e que serviram para determinar espaços em que homens e mulheres deviam trilhar. Para eles, os espaços públicos e de decisão, enquanto para elas, os espaços privados, restringidos ao lar e a família. Logo, o ideal de educação feminina devia circunscrever-se apenas às prendas domésticas (SAFFIOTI, 2013).

O salário é outro ponto importante que auxilia na percepção da dominação e exploração das mulheres. O que é considerado trabalho para o capital não comporta o trabalho doméstico por elas executados, culturalmente relacionado ao cuidado (inato?) realizado por amor. Ideário construído para impedi-la de eleger outros caminhos, social e sexualmente, que não fossem a maternidade, o casamento e a responsabilidade pelo lar, bem como o de tomar decisões que de fato fossem suas e

não as esperadas por outros. Com isto, a mulher foi, por muito tempo, excomungada do trabalho assalariado, sendo-lhe permitida trabalhos precários, insalubres, informais e com baixa remuneração, ainda hoje largamente ocupados pelas mulheres negras e pobres.

O cuidado se fosse pago significaria 11 trilhões de dólares na economia, segundo o relatório da Oxfam (2020). Trilhões não pagos que, consequentemente, favorecem o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e reforçam a lógica da feminilização da pobreza. Portanto, as mulheres fazem parte do processo de acumulação capitalista, mas como o elo desfavorecido. Assim, “toda riqueza que vemos ao redor, nós também a produzimos e não só o trabalhador assalariado” (SILVIA FEDERICI, 2020, *online*). Assim, esta dominação/exploração que as mulheres sofrem há séculos, é reflexo de uma sociedade basilada pelo patriarcado, que se estende até os dias atuais, e consubstanciada pela divisão sexual do trabalho, no qual se insere o trabalho de cuidar.

3 TRABALHO DO CUIDADO: TRABALHO NÃO PAGO E A INVISIBILIDADE FEMININA

Segundo relatório da Oxfam (2020), o valor monetário global gerado pelo trabalho do cuidado não pago é de US$ 10,8 trilhões por ano, o equivalente a R$ 55,08 trilhões, “cifra três vezes mais alta que a estimada para o setor de tecnologia” (OXFAM, 2020, p. 9). O que explicita uma riqueza global segredada, e que beneficia, majoritariamente, os mais ricos, que em geral são homens. Os estudos que calculam o valor gerado pelo cuidado, como o da Oxfam, levam em consideração os valores dos salários pagos aos trabalhos relativos ao cuidado, que no mundo, atualmente, são baixíssimos. Esses dados nos permitem constatar o quanto as mulheres que estão a frente dessa ação (mais de 80%), perdem com a invisibilidade e desvalorização do trabalho do cuidado, seja o não pago ou o remunerado (OXFAM, 2020).

A Oxfam (2020) apontou ainda que em países de baixa renda ou em comunidades rurais, enquanto homens dedicam 3 horas ao trabalho do cuidado, as mulheres dedicam, em média, 14 horas diariamente. No Brasil, as mulheres dedicavam em média mais de 22 horas por semana para atividades do cuidado,

enquanto os homens dedicavam em média 11 horas no ano de 2019. Essa diferença discrepante se repetiu entre homens e mulheres, independente de exercerem ou não atividade remunerada. Entre indivíduos ocupados, as mulheres dedicavam 18,5 horas e os homens 10,4 horas ao trabalho do cuidado. Já entre os indivíduos não ocupados, a diferença foi de 24 horas dedicadas por elas, enquanto eles dedicaram apenas 12,1 horas (IBGE, 2020).

Ao verificarmos a divisão de tarefas no âmbito familiar, o índice de esposas ou companheiras que despenderam horas do seu dia ao trabalho do cuidado e afazeres domésticos foi de 97,0%, enquanto que entre os maridos ou companheiros esse indicador foi de 82,2%. Quando essa divisão se referiu a filhos/enteados ou filhas/enteadas, a diferença foi ainda maior, com índice de 66,5% entre eles e de 84,8% entre elas, em 2019 (IBGE, 2020). Assim, é evidenciado a reprodução da desigualdade baseada no sexo como elemento da relação de poder que favorece somente uma das partes que lhe integram. Na relação patriarcal é o homem que se beneficia, tanto sobre a mulher, quanto em relação aos filhos e as filhas.

Quando a pesquisa do IBGE comparou os índices de afazeres domésticos entre os sexos, observou-se que nos casos de homens ou mulheres que vivem sozinhos, os números eram muitos parecidos para ambos, em média 80%. No entanto, quando a relação se torna de convivência ou coabitação entre homem e mulher, para o homem há diminuição nestas tarefas, em média de 60%. Mas, para a mulher o percentual segue similar de quando vivia sozinha (IBGE, 2020). Nesse contexto, o ideário social legitima a mulher como encarregada pelas tarefas domésticas enquanto isenta o homem.

Se considerarmos as atividades de cuidado com outras pessoas, as mulheres prosseguem mantendo maior responsabilidade pelas tarefas. Cumpre recobrar que o cuidado com outras pessoas se refere as atividades de auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, limpar, dar remédio, por exemplo), nas atividades educacionais, nos momentos de lazer (leitura, brincadeiras), acompanhar no domicílio, também transportar ou acompanhar em diferentes espaços e atividades, entre outras (IBGE, 2020). Esses dados apontam para o processo histórico e sociocultural que reproduz as desigualdades de gênero, disseminada por um sistema patriarcal, racista e capitalista, no qual as mulheres, sobretudo as negras e pobres, seguem como

responsáveis precípuas pela lida da casa e do cuidado dos que nela habitam. Enquanto os homens se incubem quase sempre apenas pelas atividades de reparos, consertos no domicílio, do carro e eletrodomésticos (IBGE, 2020).

> Todas essas atividades perpassam umas às outras e refletem uma assimetria sexual, tal qual a verificada na sociedade de forma mais ampla, em que as tarefas de maior prestígio e menos rotineiras são "assumidas" pelos homens e passam a ser rotuladas como masculinas. (PINHEIRO, 2018, p. 21).

Quando o recorte leva em consideração a questão de gênero associada a raça/etnia, tanto no que se refere aos afazeres domésticos como no cuidado com outras pessoas, as mulheres negras somam os maiores índices de diligência e dedicação. Em relação à primeira categoria, das mulheres que se dedicavam ao trabalho doméstico, os índices, em média, eram os seguintes: 91,5% para as mulheres brancas e 94,1% para as negras. O índice de homens dedicados ao trabalho doméstico era de 80,7%. Já no âmbito do cuidado com outras pessoas os índices eram, em média, de 39,6% das mulheres negras, 33,5% das mulheres brancas e 26,4% dos homens (IBGE, 2020).

Por causa dessa desigualdade no tempo dedicado ao trabalho do cuidado, as mulheres têm mais dificuldades em participar da representação política, associações ou partidos, dedicar tempo ao lazer e, até mesmo com o cuidado pessoal (PINHEIRO, 2018).

Tais fatos, afetam a vida das mulheres, de modo particular, e também de toda comunidade, tendo em vista promovem a manutenção da ideologia patriarcal, na qual a mulher se encontra em lugar de subalternidade e subserviência, reforçando a invisibilidade do trabalho vital no capitalismo.

> Assim que [...] olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, e muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por de trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (FEDERICI, 2021, p. 28-29).

Apesar de imprescindível, o trabalho doméstico prossegue propositalmente oculto. Os homens não reconhecem as tarefas das mulheres (mães, esposas, companheiras, filhas, enteadas) realizadas no âmbito doméstico como essenciais, e algumas mulheres, tampouco, valorizam essas atividades quando exercidas por outras mulheres (empregadas domésticas, babás, cuidadoras) como essenciais. E assim, o ciclo de desigualdades e dominação se mantém. Visto dessa forma, o trabalho do cuidado "deixa de ser apenas um trabalho de produção de bens e serviços e passa a ser também um trabalho que produz gênero" (BERK, 1985 APUD PINHEIRO, 2018, p. 24).

Temos assim, sobre o trabalho:

> A divisão do trabalho é plástica e flexível, sendo estas as características que permitiram que ela tenha sido capaz de se manter ao longo da história, adaptando-se às circunstâncias, mas sempre preservando seus princípios intactos. (PINHEIRO, 2018, p. 26).

No capitalismo a ideologia patriarcal, incrementada pelo racismo, revigora as desigualdades e prossegue com a exploração, sobretudo das mulheres, enquanto maximiza lucros com suas atividades, fartamente exemplificadas pelo trabalho doméstico e/ou do cuidado.

4 CONCLUSÃO

Pensar sobre o papel da mulher na sociedade é também refletir sobre as relações desiguais de gênero que se estabeleceram ao longo dos séculos, dificultando a conquista de direitos básicos para o exercício da cidadania. Essa discussão não é nova, e se reatualiza todas as vezes que percebemos que pouco se alterou um de seus pilares: a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, em que pese a positividade da inserção das mulheres no mercado formal e a elevação de suas credenciais educacionais para conquistas de novas profissões, uma justa repartição entre homens e mulheres nas atribuições domésticas e do cuidado ainda parece distante.

As mulheres, principalmente as negras e pobres, seguem acumulando dupla jornada, a do trabalho remunerado, valorizado em nossa sociedade e o trabalho do

cuidado, invisibilizado, não pago ou mal remunerado. Enquanto mascarado como secundário, permanece sem qualquer reconhecimento social, mesmo que sem ele não houvesse garantias de existência de nenhum de nós, haja vista sermos uma espécie que demanda cuidados desde os primeiros anos de vida.

Assim, é imprescindível que debates como o exposto se ampliem, para que o trabalho do cuidar adquira a visibilidade necessária e seja reconhecido pelo valor que gera, tanto em termos de desenvolvimento econômico como social; e também para que o Estado assuma a sua participação na redistribuição de responsabilidades, empreendendo políticas públicas que visem uma educação promotora de igualdade de gênero e considere a remuneração das pessoas que assumem as demandas do cuidado. No Brasil, uma das medidas mais recentes nessa direção, dentro da esfera legislativa, partiu da deputada federal Luizianne Lins, do Partido dos Trabalhadores do Ceará, que apresentou um projeto de lei que, dentre outras coisas, propõe inserir a economia do cuidado no sistema de contas nacionais, que possibilitará sua inclusão no desenvolvimento das políticas públicas. A PL 638 segue em tramitação desde 2019.

REFERÊNCIAS

IBGE. **PNAD contínua:** outras formas de trabalho 2019. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101722. Acesso em 25 de jul. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. In.: **Revista Sociologia e Antropologia**, vol.1 no.1 Rio de Janeiro Jan./June, 2011.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13 n.24, 2016, p. 53 – 64.

MOREIRA, Maria Regina de Avila *et al*. O lugar de gênero na formação da/o assistente social. In.: **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife, 2006.

OXFAM Internacional. **Relatório "Tempo de Cuidar"**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2020. Brasília-DF, 2020. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

PINHEIRO, Luana Simões. **O trabalho nosso de cada dia**: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/34189. Acesso em: 15 de jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Ontogênese e Filogênese do Gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/FLACSO-Brasil - junho/2009.

SILVA FEDERICI eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. 2020. 1 vídeo (4m03s). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI. Acesso em: 20 jul. 2021.